

**DINÂMICAS E CONDIÇÕES DO CLERO PAROQUIAL NO RIO
GRANDE DE SÃO PEDRO DO SUL: UMA ANÁLISE
PROSOPOGRÁFICA DOS PÁROCOS DAS PARÓQUIAS DE RIO
GRANDE, RIO PARDO E SANTO AMARO (1738-1807).**

**DYNAMICS AND CONDITIONS OF PARISH CLERGY IN RIO
GRANDE DE SÃO PEDRO DO SUL: A PROSOPOGRAPHY ANALYSIS OF
PARISH PRIESTS IN RIO GRANDE, RIO PARDO AND SANTO AMARO
(1738-1807).**

**DINÁMICA Y CONDICIONES DEL CLERO PARROQUIAL EN RIO
GRANDE DE SÃO PEDRO DO SUL: UN ANÁLISIS PROSOPOGRÁFICO DE
LOS PÁRROCOS DE RIO GRANDE, RIO PARDO Y SANTO AMARO (1738-
1807).**

Rafaela Zanotto Casagrandeⁱ

Resumo: Neste trabalho será apresentado o desenvolvimento do projeto de mestrado da autora, que tem como proposta definir e analisar a composição do clero paroquial que atuou nas paróquias de Rio Grande, Rio Pardo e Santo Amaro entre 1738 e 1807, a partir do método prosopográfico. Pretendemos, assim, nesta pesquisa, perceber, com base em uma amostragem de 30 indivíduos, a caracterização biográfica do clero paroquial no contexto da consolidação da ocupação do Continente de São Pedro para a Coroa portuguesa, fazendo o uso de uma variação de escalas que permita considerar tendências, individualidades, condicionantes e dinâmicas de poder na formação deste grupo.

Palavras-chave: Clero secular. Prosopografia. Século XVIII.

Abstract: This work will present the development of the author's master's project, which aims to define and analyze the composition of the parish clergyman who worked in the parishes of Rio Grande, Rio Pardo and Santo Amaro between 1738 and 1807, using the methodology of prosopography. Thus, we intend, in this research, to perceive, based on a sample of 30 individuals, the biographical characterization of the parish clergyman in the context of the consolidation of the occupation of the Continent of São Pedro for the Portuguese Crown, making use of a variation of scales that allows consider trends, individualities, conditions and power dynamics in the formation of this group.

Keywords: Parish clergy. Prosopography. 18th century.

Resumen: Este trabajo presentará el desarrollo del proyecto de maestría del autor, que tiene como objetivo definir y analizar la composición del clero parroquial que sirvió en las parroquias de Rio Grande, Rio Pardo y Santo Amaro entre 1738 y 1807, utilizando el método prosopográfico. Así, en esta investigación pretendemos percibir, a partir de una muestra de 30 individuos, la caracterización biográfica del clero parroquial en el contexto de la consolidación de la ocupación del continente de São Pedro para la Corona portuguesa, haciendo uso de una variación de escalas que permite considerar tendencias, individualidades, condiciones y dinámicas de poder en la formación de este grupo.

Palabras clave: Clero secular. Prosopografía. Siglo XVIII.

Introdução

O reconhecimento de fronteiras e a manutenção simbólica dos espaços e pessoas no ultramar português atravessavam, inevitavelmente, a esfera eclesiástica. Sob a influência da historiografia inglesa de Charles Boxer, bastante se discutiu sobre o papel do clero regular na disseminação do cristianismo e na consolidação de territórios para a Coroa lusa (BOXER, 2013; PAIVA, 2000). Nos últimos anos, é significativa a crescente atenção despendida à atuação do clero secular, com trabalhos como a reedição e estudo introdutório das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* por Bruno Feitler e Evergton Sales Souza (2010), e estudos como o de José Pedro Paiva (2006), *Os Bispos de Portugal e do Império (1495 – 1777)*, que lançam um novo olhar sobre os agentes eclesiásticos e as dinâmicas que caracterizam suas relações com o poder monárquico. No âmbito da historiografia gaúcha, não obstante o importante debate sobre questões como as Visitas pastorais, a “reforma da fé” e desvios morais, através de trabalhos de historiadores como Fábio Kühn e Denize Leal Freitas, a obra de referência sobre o clero secular continua sendo a *História da Igreja do Rio Grande do Sul* de Arlindo Rubert (1994).

Nessa ótica, constata-se uma lacuna na caracterização social do clero paroquial, que nos permita perceber as tendências e individualidades na composição desse grupo que atuou no Continente de São Pedro, e que, ao mesmo tempo, considere as dinâmicas de poder – locais e centrais - acionadas para seu recrutamento e conformação. Paiva chama atenção para que “as relações entre os poderes não podem ser corretamente perspectivadas e integralmente captadas a partir de um prisma que não tenha em consideração as várias conjunturas que se vão criando e que as determinam” (2000, p. 143). E, sendo essas instituições constituídas por pessoas, essas relações são, essencialmente, forjadas pelos indivíduos (PAIVA, 2000). Ou seja, as decisões e negociações das instituições são marcadas pelos interesses, estratégias e

intencionalidades dos atores que as representam. Assim, vemos justificada a afirmação de Neithard Bulst, de que “as estruturas políticas e sociais de certos grupos”, incluindo a ação política e transformação social nas instituições eclesiásticas, “não podem ser analisadas com precisão sem o conhecimento prévio das pessoas” (2005, p.58).

É neste sentido que visualizamos, ao mesmo tempo, o problema e o objetivo central de nossa pesquisa, que propõe definir e analisar a composição do clero paroquial que atuou nas paróquias de Rio Grande, Rio Pardo e Santo Amaro entre 1738 e 1807, a partir do método prosopográfico. A prosopografia se apresenta como um método que tem por objetivo definir um perfil coletivo de um determinado grupo, a partir da investigação das características biográficas de seus participantes. Delineando o universo de indivíduos a ser estudado, se segue a um questionamento uniforme aos sujeitos, montando uma base de dados com características biográficas – como nascimento, naturalidade, perfil socioeconômico, experiência profissional, educação, etc. –, buscando ouvir o que as similaridades e diferenças nas vidas desses atores podem nos dizer sobre o recrutamento, manutenção e reprodução do grupo em um dado momento histórico (STONE, 2010; NORONHA, 2011). Assim, esperamos que, a partir de uma análise centrada nos sujeitos desse grupo, possamos lançar um novo olhar sobre as dinâmicas de poder e estratégias administrativas que envolveram o clero paroquial no extremo sul da América portuguesa.

Notas sobre a Igreja paroquial no Rio Grande de São Pedro setecentista

O estudo da estruturação de uma diocese até suas periferias – ou seja, as paróquias –, é essencial para entender a organização administrativa do episcopado e sua relação com as estratégias da Coroa para a consolidação de territórios ultramarinos e conformação da sociedade colonial (RODRIGUES, 2015; PAIVA, 2000; LIMA, 2014). A paróquia, como define Mattoso (2000), se distingue de uma capela não paroquial por ser uma igreja fundada sob a responsabilidade administrativa de um Bispo. Contudo, nas “terras conquistadas”, pelas condicionantes impostas pelo direito do Padroado régio, a configuração da malha eclesiástica dependia profundamente do monarca (LIMA, 2014). A formação de uma rede de igrejas paroquiais garante assistência pastoral e civil – através dos registros – de forma constante para a população. Em espaços como o Rio Grande de São Pedro setecentista, onde o poder camarário era débil (KÜHN & COMISSOLI, 2013), a paróquia demonstrava uma grande

eficiência na penetração do poder português nas periferias e era compreendida pela monarquia como um veículo essencial para dar notícias e fazer chegar as ordens (PAIVA, 2007).

A natureza das paróquias podia variar entre aquelas “coladas”, isto é, assistidas por pároco colado a título vitalício e com benefício pago pela Fazenda Real, ou “encomendadas”, que são paróquias assistidas por párocos com contratos temporários e com cômguas variáveis. Ficando o padroado régio responsável pela recolha de dízimos e sua redistribuição sob a forma de cômguas, os benefícios foram distribuídos de forma parcimoniosa – já que, por vezes, esses rendimentos eram “desencaminhados” para outros fins. Na tentativa de responder às urgentes necessidades espirituais e civis dos fiéis, o prelado e a população acordavam na fundação de paróquias encomendadas – enquanto a Coroa não se disponibilizava a criar postos colados – em quais a comunidade garantia a manutenção e sustentação dos sacerdotes. Foi, portanto, o modelo da encomendação que prevaleceu na América portuguesa, sobretudo nos sertões, onde o clero paroquial era precário e acabava por depender das autoridades locais e dos contributos de escassas populações para sua sustentação (LIMA, 2014).

Observando a territorialização da Igreja secular no Rio Grande de São Pedro, podemos notar diferentes estratégias quanto a criação e o provisionamento das paróquias ao longo do século XVIII: em um primeiro momento a criação de paróquias se realizou pelo modelo da encomendação, seguindo o ritmo do povoamento do Continente de São Pedro. Foram criadas 16 paróquias entre 1736 e 1779, entretanto, nota-se, sobretudo, uma vertiginosa expansão entre 1756 e 1773, que coincide com a instabilidade das fronteiras com Espanha e com a administração pombalina, em que o incentivo à migração e criação de paróquias servia como meio de consolidação política-administrativa do território gaúcho; em um segundo momento, compreendido entre 1780 e 1810, se constata a estagnação da criação de freguesias – apesar do contínuo crescimento da população –, conjuntamente, porém com uma maior preocupação no provisionamento dos párocos. Este movimento pode ser observado a partir da colação de paróquias, desde 1785, com a Madre de Deus de Porto Alegre, que se intensifica a partir de 1795, e, também, através das iniciativas para ordenação de um clero nacional ou compatriota, também a partir da década de 1780 (CASAGRANDE, 2019).

Não obstante as mudanças de estratégias na criação e provisionamento das paróquias, é importante assinalar que a falta de párocos e paróquias foi sentida pela população do Rio

Grande de São Pedro durante todo século XVIII, e foram muitas as queixas direcionadas aos poderes centrais nesse sentido (CASAGRANDE, 2019). Assim sendo, percebemos que existem diferentes perspectivas e estratégias a respeito da assistência religiosa no Continente de São Pedro, que marcam o perfil dos párocos que atuam nesse território.

Dinâmicas e condições do clero paroquial no século XVIII

Pouco depois que os primeiros colonos habitaram este Continente, foram ocupando a sua vastidão muitas famílias, que não apenas cuidaram no estabelecimento de seus bens, que na boa educação de seus filhos, a alguns dos quais prevendo-lhes as inclinações, à expença, e ao dispendio, e trabalho, mandaram inbutir-lhes, além dos moraes e civis costumes, as divinas letras; querendo somente por premio do seu disvelo, ver a alguns revestidos do Sacro Ministerio do Sacerdocio; jamais o poderao conseguir, porque ao tempo em que se achavam alguns delitados condignos desta honra, o Senhor Rei Dom Joze de gloriosa memória foi servido mandar por seu real decreto, que no espaço de dez annos se não admitisse nenhum aquelle emprego, tempo em que havia principiado algumas enquietaçoens a este Continente, como foi a invasão do Rio Grandeⁱⁱ.

Propondo-nos a restringir nossa análise à caracterização biográfica de um grupo profissional de uma instituição hierárquica como a Igreja Católica num contexto de Antigo Regime, temos que levar em consideração alguns fatores que condicionam – ao menos em teoria – o recrutamento e reprodução deste grupo. A partir da análise do excerto acima, conseguimos observar três destes fatores que são fundamentais para tornar-se pároco: vontades e intencionalidades dos atores e de seus familiares (i); observância da legislação eclesiástica (ii); e contextos globais positivos (iii).

Para habilitar-se a clérigo importava, antes de tudo, a disposição – ou a dita “inclinação” – pessoal às ordens concretizada na apresentação da candidatura. Em nossa análise, os párocos, por isso, não podem deixar de ser vistos como atores que tem suas ações permeadas por vontades e intencionalidades subjetivas. Ao mesmo tempo, porém, assumindo que estão inseridos em uma miríade de relações e pressões sociais e familiares que marcam igualmente seu percurso. Interessa, assim, perceber que a inclinação pessoal à ordenação pode ser ampliada ou restringida de acordo com estratégias familiares – que envolvem frequentemente objetivos sociais proporcionados pelo status de um clérigo na família –, que desempenham papel fulcral no encaminhamento do jovem para o sacerdócio, ao “embutir-lhe” não só a ideia e os costumes, mas de fornecer uma “boa educação” para este ofício.

Como é referida naquela carta, a “boa educação” dignifica o jovem a ser clérigo. Tal percepção demonstra que precisam ser observados certos requerimentos para o ingresso na

vida eclesiástica. Ou seja, habilitar-se às ordens não dependia somente das vontades e intencionalidades subjetivas, existia uma legislação eclesiástica que impunha critérios e um deles era a “boa educação”. A legislação eclesiástica vigente no século XVIII na América portuguesa se encontrava compilada nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, de 1707. Nesse documento, ficavam instituídas as diligências necessárias às ordens, as quais abarcavam questões de fé, gênero, vida, costumes, educação, carreira e patrimônio – os requisitos específicos para cada ordem variavam conforme a competência necessária para o cargo –, e os processos para examinar a observância destes requisitos (VIDE, 1853). Isso significa que certas condições excludentes eram impostas àqueles que desejassem ingressar na vida clerical, algumas delas de difícil superação – somente com dispensa episcopal ou por desvios – como eram as restrições de legitimidade e “limpeza de sangue” que marcavam o sujeito no seu nascimento. Ou seja, no mesmo sentido que Mafalda Cunha constatou sobre os governantes das conquistas, o “universo de recrutáveis” para tornar-se pároco “estava previamente definido pelas estruturas” (2010, p. 122), neste caso, a legislação eclesiástica.

Embora pesasse a iniciativa subjetiva e a condição legal de se habilitar ao sacerdócio, havia ainda um terceiro fator que podia possibilitar ou limitar a ordenação: o contexto. Como fica evidenciado nas palavras da Câmara de Porto Alegre, apesar de os filhos do Continente se encontrarem dignos para ordenação e apresentando os pais vontade de habilitá-los, o contexto militar da invasão espanhola do Rio Grande fez com que o rei decretasse, em 1766, para não se admitir homens à carreira sacerdotal pelo período de dez anos (LIMA, 2014). Portanto, ficam visíveis as limitações expressas que podem ser impostas a essa carreira a partir dos poderes centrais, nesse caso pelo mando da Coroa, que tira proveito do seu direito de Padroado para impedir a fuga de militares para o sacerdócio. Por outro lado, o contexto podia agir de forma mais “velada”, ao marcar a ordenação, por exemplo, a partir das pressões locais em favor da habilitação ou até do surgimento de novas alternativas para mobilidade social que encaminhassem os meninos em busca de outras carreiras.

Os fatores enunciados caracterizam, de um modo geral e sintético, as condições presentes e que marcavam a ordenação de um sujeito e seu prosseguimento na carreira sacerdotal, e que devem ser considerados na análise do perfil desse grupo. Esses não são, porém, fatores estáticos e nem determinantes. Dinâmicas de poder, conflitos e contradições marcam a trajetória destes sujeitos. Os indivíduos são seres complexos e não lineares, ou seja,

suas vidas não são “dotadas de sentido”. Nossa pretensão não é tratar o indivíduo na sua completude, isso não é só inviável como uma presunção falsa (BOURDIEU, 2005). Mas intendemos, dentro do possível, acessar a globalidade dos sujeitos – com seus aspectos estruturais, dinâmicos e relacionais – (IMÍZCOZ, 2004), para perceber as tendências biográficas juntamente com suas complexidades, contradições e desvios. Para isso, ainda mais num trabalho com recorte temporal alargado como o nosso, há que se ajustar a metodologia à variação de escalas, para que se possa acessar o movimento próprio das dinâmicas e condições pessoais, locais e centrais. Em razão desses pressupostos e objetivos, o método prosopográfico se apresentou como o mais adequado para essa aproximação entre micro e macro.

Perfil paroquial em Rio Grande, Rio Pardo e Santo Amaro entre 1738 e 1807: apontamentos sobre tendências e desvios

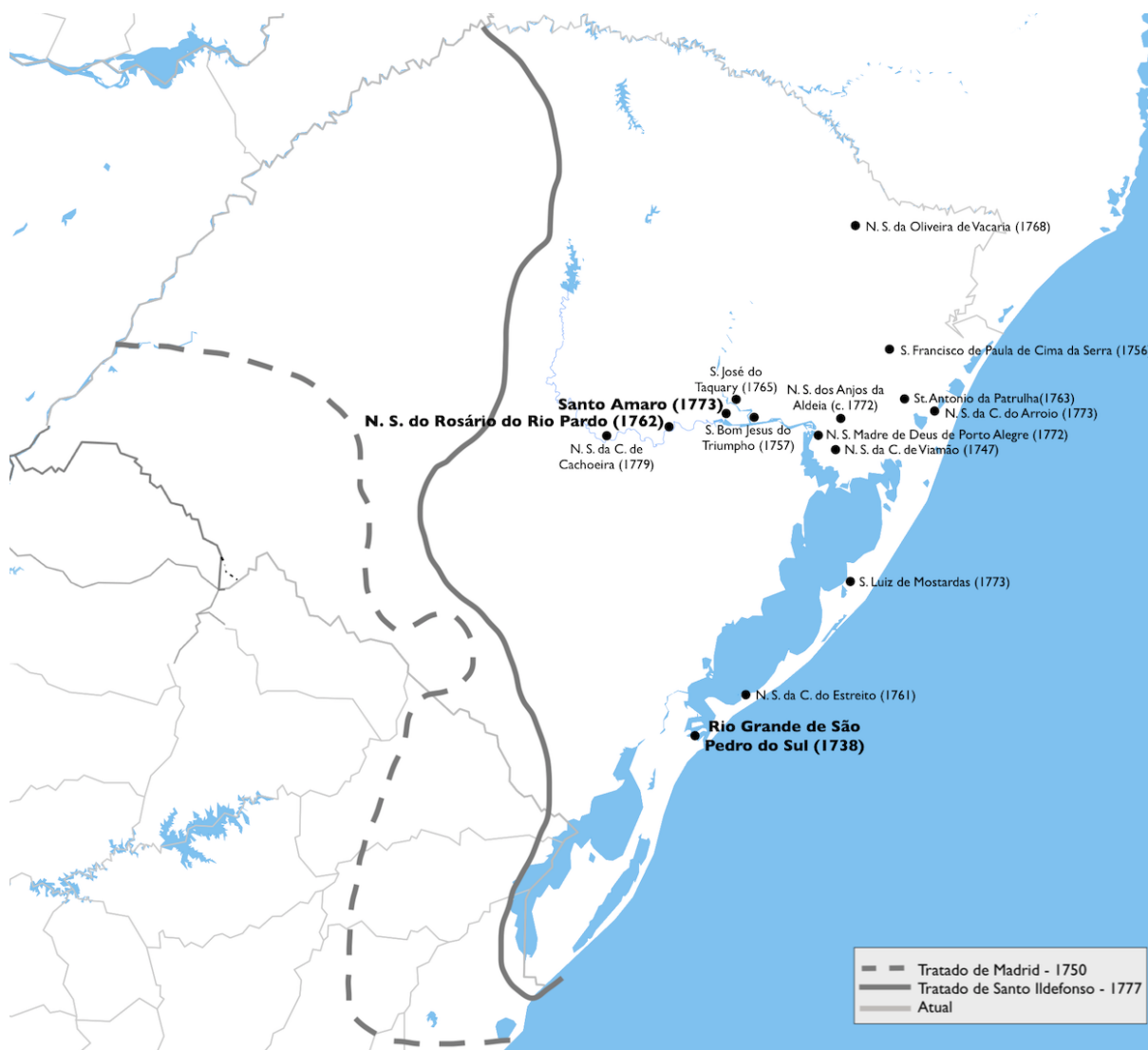
O estudo coletivo das vidas de um grupo de atores pela prosopografia tem, como é de praxe, limites e perigos, sobretudo de deficiência de dados, erros de classificação e interpretação, e de generalização (STONE, 2010). Sendo assim, é importante sublinhar que esta é uma pesquisa de mestrado em andamento, e, portanto, os resultados apresentados ainda são parciais.

Essa análise do perfil dos párocos de Rio Grande, Rio Pardo e Santo Amaro, entre 1738 e 1807, tem por base uma amostragem de 30 indivíduos. Por ser um grupo relativamente bem documentado e estudado, temos acesso a diversas das informações biográficas, já levantadas para a pesquisa e para a análise aqui exposta, a partir de consulta à bibliografia de referência sobre a temática. *A História da Igreja no Rio Grande do Sul*, de Arlindo Rubert (1994) e o *Comentário Eclesiástico do Rio Grande de São Pedro do Sul desde 1737*, de Vicente Zeferino Dias Lopes (1891), oferecem diversos dados sobre naturalidade, circulação entre paróquias, tempo de titularidade e anos de colação de boa parte de nossos sujeitos. Ainda, pela consulta a estas e a outras obras, podemos encontrar referências pontuais sobre características de alguns de nossos párocos, como perfil familiar, propriedade, educação e comportamentos, sobretudo, daqueles de famílias mais conhecidas, e, por isso, mais bem estudados. Para complementar a análise desses sujeitos, recorreremos à busca onomástica em diversos acervos e arquivos, buscamos características como idade, local de nascimento e

moradia, perfil socioeconômico e familiar, nível e local de instrução, tempo no sacerdócio, experiência no sacerdócio, propriedade pré-existente e adquirida e rendimentos. Essa etapa da pesquisa, que se caracteriza pela elaboração de uma base de dados, é a parte mais trabalhosa e está ainda em desenvolvimento.

O recorte geográfico da nossa investigação foi delimitado tendo em vista a disponibilidade de fontes e diversidade de características econômicas e de povoamento de cada paróquia. Assim sendo, conseguimos tratar de um território de povoação antiga, de caráter militar e politicamente instável no século XVIII, como Rio Grande, que teve paróquia efetivada em 1738. Uma paróquia de fronteira, de grandes dimensões e com população bastante diversa, passando num primeiro momento por uma forte presença da população indígena e depois recebimento de casais açorianos, como Rio Pardo, criada em 1762. E, por último, uma pequena freguesia açoriana e relativamente mais pobre, Santo Amaro, que teve paróquia fundada em 1773 (RUBERT, 1994). Os diferentes papéis exercidos por essas paróquias podem revelar, a partir de uma análise comparativa, se existiam – ou não – diferentes estratégias de recrutamento e nomeação de párocos, tendo em vista as características das freguesias.

Mapa 1. Paróquias existentes no Rio Grande de São Pedro no fim do século XVIII. Sendo os limites entre as paróquias de difícil demarcação para o século XVIII, assinalamos aqui a localização da freguesia sede da capela ou Igreja matriz. Traçado de tratados de limites do território do Rio Grande de São Pedro ao longo do século XVIII. Em evidência (negrito) as paróquias que estamos trabalhando.



Fonte: Mapa de autoria própria, utilizando da ferramenta online <https://www.mapbox.com/> para a imagem. Informações sobre as paróquias coletadas de Arlindo Rubert (1994). Linhas de tratados inspirados em Fábio Kühn (2004). Localização da sede da paróquia inspirada em Rubert (1994) e em Dário Scott (2017).

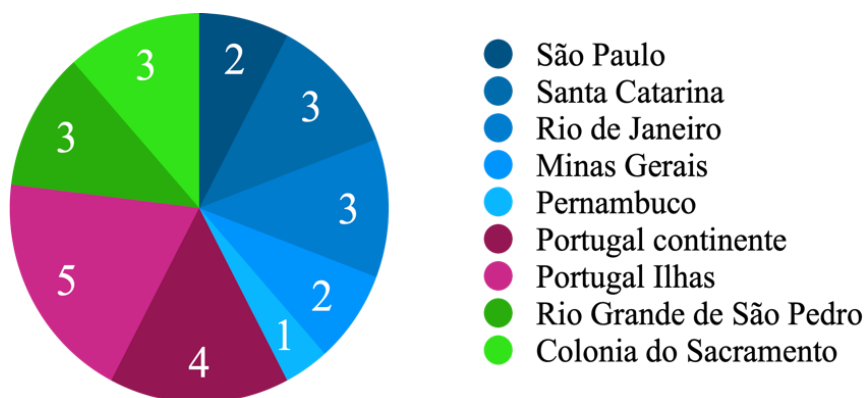
Entre 1738 e 1807, foram feitas 32 nomeações a pároco para as paróquias de Rio Grande (11), Rio Pardo (12) e Santo Amaro (9), que corresponderam a 30 indivíduos. Apesar destes indivíduos não terem circulado entre essas três paróquias – os nomeados mais de uma vez foram casos que retornaram a mesma paróquia –, podemos perceber, analisando as informações passadas por Rubert (1994), que os párocos tendiam a circular entre as paróquias

gaúchas. Para somente três sujeitos não foi possível detectar experiência anterior ou posterior em ofício religioso, incluindo ordens menores e maiores, em outras freguesias do Continente de São Pedro. Pudemos, também, constatar que metade de nossos párocos (15) teve experiência em ofício religioso em pelo menos três freguesias gaúchas.

Essa circulação entre paróquias pode ser justificada pelo breve período de tempo que os párocos encomendados tendiam a passar na titularidade de cada freguesia, em média, menos de 4 anosⁱⁱⁱ. E, ainda, pela tardia colação de párocos no Continente, sendo que isto ocorreu em Rio Grande em 1801, Rio Pardo e Santo Amaro em 1799 (RUBERT, 1994; LOPES, 1891). Importa, porém, apontar que a média de tempo de titularidade dos párocos encomendados entre essas três localidades tem diferenças significativas: Santo Amaro apresenta a maior circulação de párocos, com uma média de 2,8 anos, seguida de Rio Pardo, com 3,6 anos, e Rio Grande, com 5,1 anos.

Sobre o perfil biográfico destes párocos, conseguimos demarcar, a partir da sistematização dos dados de Rubert (1994), a naturalidade de 27 sujeitos.

Gráfico 1 – Naturalidade dos párocos de Rio Grande, Rio Pardo e Santo Amaro entre 1738 e 1807. Número correspondente a quantidade de sujeitos, em um universo de 27 sujeitos.



Fonte: Sistematização feita por nós com base nos dados encontrados em Arlindo Rubert (1994).

Constata-se, a partir deste gráfico, que temos párocos de diversas naturalidades atuando nas paróquias de Rio Grande, Rio Pardo e Santo Amaro entre 1738 e 1807, caracterizando, assim, um perfil de párocos imigrantes, divididos em proporção similar entre os da América portuguesa e os do reino de Portugal. Dentre os reinóis continentais prevalecem os da região norte e entre os reinóis insulares são todos das ilhas dos Açores. A reduzida presença de párocos naturais do Continente de São Pedro se deve, inicialmente, à

incipiente povoação, e, posteriormente, ao decreto de 1766, referido acima, que impedia a ordenação de clérigos gaúchos, situação que só foi solucionada na década de 1780. A identificação desta tendência de párocos imigrantes que titulavam as paróquias por breves períodos de tempo se vê confirmada no âmbito do Rio Grande de São Pedro como um todo (CASAGRANDE, 2019).

Dos quinze párocos cujo local de sua ordenação localizamos, até o momento, cerca de metade foi ordenado no Rio de Janeiro (7), sede da diocese, e um número considerável em Buenos Aires (3) – sendo destes, dois naturais da Colônia do Sacramento e um de Braga. Outro aspecto que chama atenção diz respeito à profissão da ascendência paterna de sete desses sujeitos, que parece indicar a predominância de um perfil sócio familiar destacado, incluindo licenciados (3) – dois deles são irmãos, filhos de um cirurgião-mor – e profissões militares como capitão (1), sargento-mor (2) e marechal de campo (1). A qualidade das profissões familiares que localizamos surge como um contraponto das referências feitas à “falta de qualidade” dos párocos que serviam no Rio Grande de São Pedro, presente tanto nas fontes do centro administrativo como na historiografia.

Sobre a “falta de qualidade”, em ofício de 1778^{iv}, o Bispo do Rio de Janeiro, Joaquim Mascarenhas Castelo Branco, refere que “semelhantes Igrejas não podem ter párocos bons”, responsabilizando a pobreza dos rendimentos, as distâncias e o clima belicoso nas regiões fronteiriças que caracterizavam o Continente de São Pedro pela condição dos párocos (CASAGRANDE, 2019). No entanto, o que se entendia e se queria dizer por bons párocos? Se consideramos a origem familiar, estes que serviram no Rio Grande de São Pedro, ou pelo menos os que foram nomeados para direção da paróquia, tinham uma “boa” origem familiar, isto é, provinham de famílias com estatuto elevado dentro da comunidade local. Mas, se consideramos uma educação a nível superior, ou seja, licenciados e doutores, realmente havia carência destes no Rio Grande de São Pedro. Entre Rio Grande, Rio Pardo e Santo Amaro, encontramos apenas dois párocos doutorados em Coimbra. No entanto, num olhar comparativo, vemos que essas taxas se reproduzem em outras localidades da América portuguesa, pois se consideramos o cargo de vigário da vara em São Paulo, analisado por Aldair Rodrigues (2015), o número é ainda menor, uma vez que são apenas quatro – de um universo de noventa e oito – que frequentaram a Universidade de Coimbra.

Assim, por fim, podemos nos perguntar se essa falta de párocos “bons” se referia aos maus comportamentos ou aos desvios normativos que estes cometiam. Para respondermos a este questionamento é imprescindível um olhar minucioso para estes “desvios”, sobretudo, escutando seus silêncios, como indica Ginzburg (2008), justamente por serem comportamentos que fugiam à norma. Portanto, estas são ações individuais, sendo que quem as comete recorre usualmente a diferentes estratégias para manter – ou não – essas faltas em segredo, e, por isso, elas se apresentam sob as mais variadas formas e devem ser olhadas em suas particularidades. Apesar de não haver um modelo de desregramento, existem “categorias” de comportamentos ilícitos que são mais recorrentes entre os clérigos, como a simonia e o concubinato, como se pode observar na documentação, que tem sido frequentemente acessada e analisada pelos historiadores. No caso dos párocos que são objeto do nosso estudo, constatamos que alguns processos-crime que localizamos mencionam concubinato, envolvimento no comércio e uso de trajes pouco decentes, agravos por depósito em casa de depositário abusivo e ação de libelo cível. Estes processos-crimes são essenciais para entender as complexidades do perfil destes párocos, sobretudo no que diz respeito à não conformidade com os preceitos religiosos, com os quais, ao adentrarem na carreira sacerdotal, supostamente concordavam e se comprometiam a cumprir.

Existem, porém, outros tipos de desvios e desencaminhamentos que não são descobertos ou que, por vezes, são relevados, não gerando, por isso, documentação processual. Uma fecunda documentação para a análise destas situações são os processos de habilitação sacerdotal, que são documentos do tipo formal que seguem um padrão de diligências previsto legalmente pelas Constituições Primeiras, que se propõem a investigar a fundo aspectos da ascendência, vida, costumes e patrimônio daqueles que querem se ordenar. Através, portanto, de uma comparação entre norma e prática, podemos constatar alguns silenciamentos que podem nos conduzir a caminhos investigativos quanto aos potenciais desvios normativos, como chamou atenção Pollyana Mendonça (2011). No processo de habilitação de genere dos irmãos Manuel Marques de Sampaio, José Gabriel de Sampaio e Duarte Mendes de Sampaio, de 1784^v, por exemplo, se constata um silenciamento a respeito da genere materna. Ele decorre do fato de que Clemencia Maria de Jezus, a mãe dos habilitandos, era uma das netas naturais do Frei Agostinho da Trindade, do Desterro, o que comprometeria legalmente a legitimidade dos habilitandos (TOMIO, 2013).

Contudo, os cuidados que devemos ter ao analisar a documentação devem ser igualmente aplicados à análise, interpretação e exposição das constatações que fazemos. Neste sentido, deve-se ter o cuidado para não generalizar estes “desvios” das regras eclesiásticas como se fossem uma característica geral dos párocos que atuavam no Continente de São Pedro. Cabe, por isso, ressaltar que os desvios normativos que localizamos se referem a sete párocos do universo de trinta que estamos trabalhando. Dessa forma, importa olhar atentamente para o quadro geral paroquial, não só para identificar esses “desvios”, mas, também, para discernir melhor quais as causas e a importância desses desencaminhamentos nas terras de fronteira como o Rio Grande de São Pedro.

Considerações finais

No presente texto, a partir de resultados preliminares da nossa pesquisa de mestrado, buscamos tecer algumas considerações sobre as dinâmicas e condições que envolvem o clero paroquial no período de consolidação da ocupação do Rio Grande de São Pedro pela Coroa portuguesa, apontando, sobretudo, para algumas tendências na composição e, também, para alguns desvios normativos do perfil biográfico deste grupo. Através desta pesquisa sobre as dinâmicas de recrutamento e reprodução do clero paroquial observáveis na documentação referente às paróquias Rio Grande, Rio Pardo e Santo Amaro, no período compreendido entre os anos 1738 e 1807, e fundamentados na variação de escalas e no método prosopográfico, objetivamos contribuir para o debate sobre as estratégias adotadas pela Igreja e pela Coroa para, através da formação e da destinação de párocos, assegurar o atendimento espiritual e o controle das condutas dos súditos instalados no extremo meridional da América portuguesa.

Fontes Bibliográficas

ARQUIVO HISTÓRICO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE. *Processo de Habilitação de Genere*: Duarte Mendes de Sampaio, Manuel Marques de Sampaio e José Gabriel de Sampaio, 1784, pasta 165.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. *Conselho Ultramarino*, 019, Cx. 2, D. 199. Ano 1779, março 1, Porto Alegre.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. *Conselho Ultramarino*, 017, Cx. 105, D. 8867. Ano 1778, janeiro 10, Rio de Janeiro.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In FIGUEIREDO, Janaina P.; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 183-191

BOXER, Charles Ralph. *A igreja militante e a expansão ibérica (1440-1770)*. Lisboa: Edições 70, Lugar da História, 2013.

BULST, Neithard. Sobre o objeto e o método da prosopografia. *Politeia* - história e sociedade. Vitória da Conquista: UESB, v.5, n.1, p. 47-67, 2005. Disponível em: <<http://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3902>>. Acesso em: 11 ago. 2020.

CASAGRANDE, Rafaela Zanotto. “*A Seara he muito extensa, os operários muito poucos*”: condições do clero secular no Rio Grande de São Pedro na segunda metade do século XVIII. Coimbra: UC, FLUC (Pesquisa de Seminário em História). 2019. Disponível em: <<https://www.academia.edu/42721768/>>.

CUNHA, Mafalda Soares da. Redes sociais e decisão política no recrutamento dos governantes das conquistas, 1580-1640. In FRAGOSO, João; GOUVEIA, Maria de Fátima. *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 117-154.

FEITLER, Bruno e SOUZA, Evergton Sales. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: estudo introdutório e edição*. São Paulo: Edusp, 2010.

FREITAS, Denize Terezinha Leal. *Entre o peso da cruz e do desejo: o protagonismo dos párocos que vivenciaram outras formas de união na Paróquia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1822)*. Anais do XIII Encontro Estadual de História da ANPUH RS: Ensino, Direitos e Democracia. Santa Cruz do Sul: ANPUH-RS, 2016. 14 p.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 (1ª ed.: 1966).

IMÍZCOZ, José Maria. Actores, redes, processos: reflexiones para una historia más global. *História*. Porto: Revista da Faculdade de Letras, III série, vol. 5, p. 115-140, 2004.

KÜHN, Fabio. *O projeto reformador da diocese do Rio de Janeiro: as visitas pastorais no Rio Grande de São Pedro (1780-1815)*. Porto Alegre: UFRGS, PPG em História (Tese de Mestrado). 1996.

_____. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

KÜHN, Fábio; COMISSOLI, Adriano. Administração na América portuguesa: a expansão das fronteiras meridionais do império (1680-1808). In: *Revista de História*. São Paulo: n. 169, p. 58-81, 2013.

LIMA, Lana Lage da Gama. O padroado e a sustentação do clero no Brasil colonial. *Saeculum – Revista de história*. João Pessoa: UFF, v. 30, p. 47-62, 2014. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/12146/1/22231-44226-1-PB.pdf>>. Acesso em 11 de agosto de 2020.

LOPES, Vicente Zeferino Dias. *Comentário Eclesiástico do Rio Grande de São Pedro do Sul desde 1737*. Cópia datilografada, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1891.

MATTOSO, José. Paróquia. In AZEVEDO, Carlos Moreira, (dir.). *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. 3, p. 372. Disponível em: <<https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/13493>>. Acesso em 11 de agosto de 2020.

MENDONÇA, Pollyanna Gouveia. *Os defeitos e os maus costumes: perfil(s) do clero no bispado do Maranhão setecentista*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo: Anais Anpuh, 2011. 10 p.

NORONHA, Andrius Estevam. O uso da prosopografia para o estudo de elites locais: um esboço metodológico (o caso dos empresários de Santa Cruz do Sul). In HEINZ, Flavio M. (org.). *História social de elites*. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 97-113.

OLIVEIRA, Anderson J. Machado de. As habilitações sacerdotais e os padres de cor na América portuguesa: potencialidades de um corpus documental. *Acervo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v.31, n.1, p.33-48, jan/abril 2018.

PAIVA, José Pedro. A Igreja e o poder. In MARQUES, João Francisco; GOUVEIA, António Camões, (coord.). *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. 2, p. 135-185.

PAIVA, José Pedro. *Os Bispos de Portugal e do Império (1495 - 1777)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

PAIVA, José Pedro. El Estado em la Iglesia y la Iglesia em el Estado. *Manuscripts*, v.25, p. 45-57, 2007. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/13272521.pdf>>. Acesso em 12 de agosto de 2020.

RODRIGUES, Aldair Carlos. Clergy, society, and power relations in colonial Brazil: on the vicar forane (Vigário da Vara), 1745-1800. *e-JPH*, Porto, v.13, n.1, p. 40-67, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-64322015000100002&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 11 agosto 2020.

RUBERT, Arlindo. *História da igreja no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edipucrs, 1994.

SCOTT, Dario. A população do Rio Grande de São Pedro pelos mapas populacionais de 1780 a 1810. *Revista brasileira de estudos populacionais*, São Paulo, v. 34, n.3, p. 617-633, setembro 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982017000300617&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 de agosto de 2020.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia Política*. Curitiba: v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2010.

TOMIO, Telmo José. Sacerdotes netos e bisnetos de Frei Agostinho da Trindade. *Genealogia e História*. Blog de genealogia, 2013. Disponível em: <<http://telmotomio.blogspot.com/2013/09/post-94-sacerdotes-netos-e-bisnetos-de.html>>. Acesso em 03 de julho de 2020.

VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*. São Paulo: typographyia de Antonio Louzada Antunes, 1853.

Recebido: 03/02/2021

Aceito: 10/04/2021

Publicado: 24/05/2021

ⁱ Possui graduação em Licenciatura em História pela Universidade de Coimbra, na qual foi beneficiada com uma Bolsa de Mérito para Estudantes Internacionais. Atualmente é mestranda em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), com bolsa CNPq. É investigadora colaboradora do Centro de História da Sociedade e da Cultura (CHSC) da Universidade de Coimbra. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Moderna. Possui especializações nas áreas de Paleografia e Diplomática, Antropologia, História da Arte, Estudos Europeus e Ciências da Educação. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3174474777334739>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0669-3333>.

ⁱⁱ Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Porto Alegre, 1779, 019, Cx. 2, D. 199, março 1, carta da Câmara à rainha D. Maria I

ⁱⁱⁱ Os cálculos para média de titularidade foram feitos com base nas datas fornecidas por Arlindo Rubert (1994), considerando anos inteiros com arredondamento para cima. Cabe ressaltar que consideramos, aqui, que o pároco de Rio Grande no período da invasão espanhola, Manuel Francisco da Silva, teria saído em 1763. Este foi um caso particular, pois, segundo Rubert, esse pároco não perdeu a titularidade de Rio Grande, mas ganhou faculdade de altar portátil para atuar nas franjas paroquiais de Estreito e acabou por se tornar pároco de Estreito. Rubert, contudo, não conseguiu definir uma data para o início desse papel. Portanto, optamos por considerar que titulou a paróquia de Rio Grande por 13 anos, ou seja, de 1750 a 1763.

^{iv} Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1778, 017, Cx. 105, D. 8867.

^v Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, Translado do processo de Habilitação de Genere de Duarte Mendes de Sampaio, Manuel Marques de Sampaio e Gabriel José de Sampaio, 1784, Pasta 165.